

Ofício nº 047/GAB/PROC

Lapa, 14 de Abril de 2014.

Senhor Presidente:

Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei nº 028/2014, que autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente

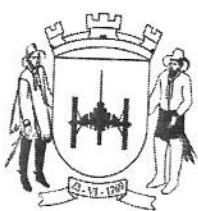
  
**Leila Aubrift Klenk**  
Prefeita Municipal

Camara Municipal da Lapa  
Protocolo 0000000574 / 2014 17/04/2014  
Leila Aubrift Klenk  
Projeto de Lei  
ANTONIOR 16:34:09



  
JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO  
(João Leonardi)  
VEREADOR PRESIDENTE

Exmo. Sr.  
JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta



PROJETO DE LEI Nº 028, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I  
DOS OBJETIVOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

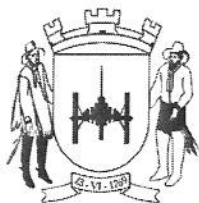
Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Alimentar, destinado a gerar, captar e fiscalizar os recursos necessários ao atendimento de programas e projetos voltados à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º - O Fundo será gerido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, ouvido o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Lapa, ao qual caberá:

I - estabelecer e executar a política de aplicação dos recursos do fundo, observadas as diretrizes básicas e prioritárias definidas pela administração municipal e referendadas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - acompanhar e avaliar a realização de ações e projetos relativos à segurança alimentar e nutricional;

140



PROJETO DE LEI Nº 028, DE 14.04.14

...02

III - elaborar o Plano Orçamentário e de aplicação a cargo do Fundo em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando os prazos legais do exercício financeiro a que se referirem;

IV - aprovar as demonstrações mensais de receita e despesas do Fundo;

V - encaminhar as prestações de contas anuais do Fundo à Câmara Municipal, conforme exigido aos recursos gerais do município;

VI - firmar convênios e contratos, juntamente com a prefeita municipal, referentes aos recursos que serão administrados pelo Fundo.

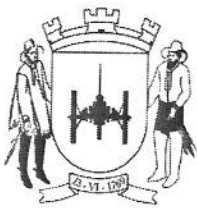
## CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º - O Fundo será administrado por um Conselho Diretor, tendo como presidente o Prefeito Municipal e como membros o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o Secretário Municipal de Finanças, o Secretário Municipal de Administração e Planejamento, o Secretário Municipal de Saúde e o Secretário Municipal de Inclusão e Ação Social.

Parágrafo único - Cada membro do Conselho Diretor terá um suplente que assumirá as funções na ausência do titular.

Art. 4º - O Poder Executivo nomeará, por Decreto Municipal, os membros do Fundo e seus respectivos suplentes.

*Jo*



PROJETO DE LEI Nº 028, DE 14.04.14

...03

Art. 5º - O Conselho Diretor será convocado ordinariamente quando necessário, com cinco dias de antecedência, pelo Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente e extraordinariamente por qualquer de seus membros.

Parágrafo único - As decisões e deliberações do Conselho Diretor serão registradas em ata.

### **Seção I**

#### **Das Atribuições do Presidente**

Art. 6º - São atribuições do Presidente:

- I - Assumir a coordenação do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- II - Gerir os recursos financeiros do fundo, controlando a movimentação e aplicação dos recursos disponíveis;
- III - Firmar convênios e contratos referentes a recursos que serão alocados do fundo.

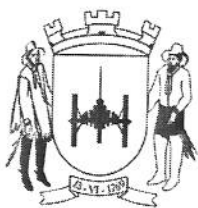
### **Seção II**

#### **Das Atribuições dos Membros do Conselho**

Art. 7º - São atribuições dos membros:

- I - coordenar e gerenciar o Fundo e propor políticas dos recursos;
- II - acompanhar, avaliar e decidir quanto à elaboração do orçamento e quanto à realização das ações previstas, de acordo com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III - ordenar empenhos das despesas do Fundo;

*mu*



PROJETO DE LEI Nº 028, DE 14.04.14

...04

IV - manter os controles necessários à execução das ações, de acordo com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - manter, em consonância com o setor de patrimônio da prefeitura do município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga para o Fundo;

VI - encaminhar à contabilidade geral do município, anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis sob sua responsabilidade;

VII - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado, feitos para a área de segurança alimentar e nutricional.

### CAPÍTULO III DOS RECURSOS PERTINENTES AO FUNDO

Art. 8º - O Fundo será constituído por:

I - dotações e suplementações que forem consignadas no orçamento anual do Município;

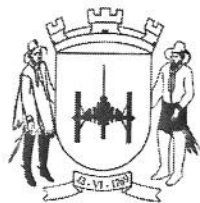
II - repasses de outras instâncias governamentais;

III - doações, convênios, legados, auxílios e contribuições;

IV - rendas eventuais provenientes de festas, promoções, campanhas, rendimentos de depósitos, aplicações no mercado financeiro, permitidas em lei, dentre outras fontes;

V- valores decorrentes de recolhimento de taxas de multas e apreensões, bem como taxas de registro de produtos de origem animal e estabelecimentos produtores de alimentos de origem animal.

*Jo*



PROJETO DE LEI Nº 028, DE 14.04.14

...05

§1º - Os bens recebidos, através de doação, deverão ser acompanhados de declaração expressa com identificação, valor e destinação, podendo conter condições de inversabilidade, alienabilidade e impessoalidade.

§2º - Os recursos do Fundo serão depositados em conta bancária específica, aberta e mantida em agência de banco oficial neste município, sob denominação de Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§3º - Os programas serão periodicamente revistos de acordo com os princípios e diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, devendo ser anualmente submetidos ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 9º - Os recursos do Fundo serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços que visem promover a segurança alimentar e nutricional desenvolvidos por entidades governamentais e não governamentais;

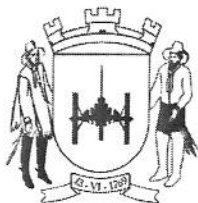
II - aquisições de materiais permanentes e de consumo, bem como outros insumos necessários ao funcionamento de programas sociais, em segurança alimentar e nutricional;

III - desenvolvimento de eventos, pesquisas e estudos sobre temas destinados a subsidiar a formulação de diretrizes vinculadas à Política de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, que atuam nos planos, programas e projetos voltados a segurança alimentar e nutricional; e

V- educação sanitária quanto à manipulação higiênica dos alimentos.

*mu*



PROJETO DE LEI Nº 028, DE 14.04.14

...06

Art. 10 - Na hipótese de extinção do Fundo Municipal de Segurança Alimentar, o saldo da conta bancária específica e seus bens passarão a integrar a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir bens móveis e imóveis necessários à implantação, funcionamento e formação de patrimônio do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 12 - O controle, a prestação e as tomadas de contas do Fundo Municipal de Segurança Alimentar serão objeto de regulamentação.

Art. 13 - O Fundo Municipal de Segurança Alimentar será regulamentado pelo Poder Executivo, ouvido o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Lapa, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei.

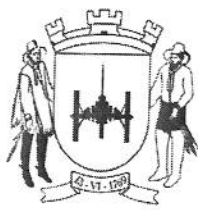
#### CAPÍTULO IV DA CONTABILIDADE

Art. 14 - Todas as receitas e despesas do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, serão apropriadas nos registros contábeis rotineiros da Prefeitura, concomitantemente à sua realização, evidenciando-se através da alocação de recursos em órgãos e unidade orçamentária próprios, observada a discriminação funcional programática até o nível de projetos e atividades específicos.

Parágrafo único - as receitas pertinentes ao Fundo deverão ser alocadas no final do anexo da receita geral da Prefeitura, observada a classificação própria em conformidade com a legislação em vigor.

*João*





PROJETO DE LEI Nº 028, DE 14.04.14

...07

Art. 15 - A contabilidade emitirá relatório quadrimestral ao Conselho Diretor.

Parágrafo único - Entende-se por relatório de gestão, os balancetes de receita e despesa relativas ao fundo e demais demonstrações exigidas pela administração municipal.

### **Seção I Das Despesas**

Art. 16 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária e prévio empenho.

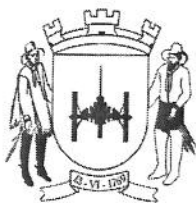
Parágrafo único - para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 17 - A despesa do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional se constituirá de despesa de custeio e capital, destinados em programas, projetos e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional, levados a efeito pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente ou com ela conveniados.

Art. 18 - A realização de despesas obedecerá aos princípios e normas da Lei de Licitações.

*mu*





PROJETO DE LEI Nº 028, DE 14.04.14

...08

## **Seção II**

### **Da Receita**

Art. 19 - a execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Art. 20 - O saldo bancário do exercício e eventuais saldos de aplicações financeiras do Fundo, apurado em balanço em cada exercício financeiro, será transferido para exercício do ano seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

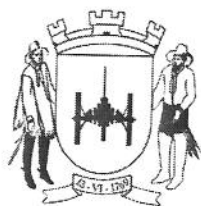
## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 14 de Abril de 2014.

  
**Leila Aubrift Klenk**  
Prefeita Municipal



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 028, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Apresento à consideração desse Egrégio Poder Legislativo, o presente Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo Municipal a criar o FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

Isto se faz necessário em virtude do previsto no artigo 52 da Lei Complementar nº 05/2013, que trata do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal. A referida Lei fixa taxas, as quais serão revertidas para equipar, estruturar e custear as atividades de Inspeção o Município.

Confiando no Alto Espírito Público dos Nobres Edis Integrantes dessa Casa, pede-se e espera-se Aprovação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 14 de Abril de 2014.

  
Leila Aubriff Klenk  
Prefeita Municipal

## **PROJETO DE LEI Nº 028/2014**

**Autor:** Executivo Municipal

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 17/04/2014.

Apresentado em Expediente do Dia 22/04/2014.

**À COMISSÃO DE**

**Legislação, Justiça e Redação, em 22/04/2014.**



**JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO**  
*Presidente da Câmara Municipal da Lapa*

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**PRESIDENTE – FENELON BUENO MOREIRA**  
**ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI**  
**WILMAR JOSÉ HORNING**

**PROJETO DE LEI Nº 028/2014**

**Autor:** Executivo Municipal

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

**RECEBIMENTO PELA COMISSÃO**

O Presidente da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação**, no uso de suas prerrogativas regimentais RECEBE nesta data a proposição acima citada ciente de que terá prazo de 02 (dois) dias úteis para que designe relator conforme contido no § 2º do Artigo 56 do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

LAPA em 24/04/2014



**FENELON BUENO MOREIRA**

*Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação*

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PRESIDENTE – FENELON BUENO MOREIRA**

**ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI**

**WILMAR JOSÉ HORNING**

## PROJETO DE LEI Nº 028/2014

**Autor:** Executivo Municipal

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

**Protocolado na Secretaria no Dia 17/04/2014.**

**Apresentado em Expediente do Dia 22/04/2014.**

### SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO

O Presidente da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação** em conformidade com o que determina o Artigo 20, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, designa o Vereador \_\_\_\_\_, para compor a referida Comissão, na tramitação do anteprojeto de Lei nº \_\_\_\_/2014.

Designo para relatar sobre a matéria o Vereador

*Elio N. Wsokolowski*

Em 24/04/2014

*Fenelon Bueno Moreira*

**FENELON BUENO MOREIRA**

*Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação*

### RECEBIMENTO DO RELATOR

Recebi o projeto em 24/04/2014

*Elio N. Wsokolowski*

*Relator*

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PRESIDENTE – FENELON BUENO MOREIRA**

**ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI**

**WILMAR JOSÉ HORNING**

## **PROJETO DE LEI Nº 028/2014**

**Autor:** Executivo Municipal

**Súmula** Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 17/04/2014.

Apresentado em Expediente do Dia 22/04/2014.

**À COMISSÃO DE**

**Economia, Finanças e Orçamento, em 22/04/2014.**



**JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO**  
*Presidente da Câmara Municipal da Lapa*

**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE – ÉLIO NARLOK WESOŁOWSKI**

**MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS**

**WILMAR JOSÉ HORNING**

**PROJETO DE LEI Nº 028/2014**

**Autor:** Executivo Municipal

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

**RECEBIMENTO PELA COMISSÃO**

O Presidente da Comissão de **Economia, Finanças e Orçamento**, no uso de suas prerrogativas regimentais RECEBE nesta data a proposição acima citada ciente de que terá prazo de 02 (dois) dias úteis para que designe relator conforme contido no § 2º do Artigo 56 do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

LAPA em 22/04/2014



**ÉLIO NARLOK WESOŁOWSKI**

*Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento*

**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE – ÉLIO NARLOK WESOŁOWSKI**

**MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS**

**WILMAR JOSÉ HORNING**



**PROJETO DE LEI Nº 028/2014**

**Autor:** Executivo Municipal

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

**Protocolado na Secretaria no Dia 17/04/2014.**

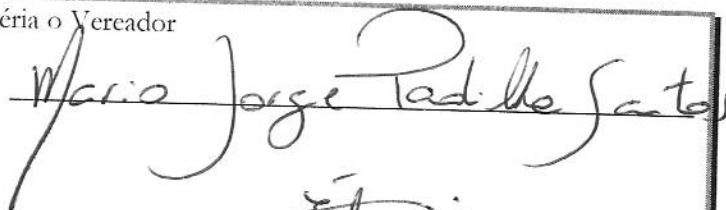
**Apresentado em Expediente do Dia 22/04/2014.**

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO**

O Presidente da Comissão de **Economia, Finanças e Orçamento** em conformidade com o que determina o Artigo 20, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, designa o Vereador \_\_\_\_\_, para compor a referida Comissão, na tramitação do anteprojeto de Lei nº \_\_\_\_/2014, em substituição ao autor do mesmo.

Designo para relatar sobre a matéria o Vereador

Em 22/04/2014



  
**ÉLIO NARLOK WESOŁOWSKI**  
Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento

**RECEBIMENTO DO RELATOR**

Recebi o projeto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

\_\_\_\_\_  
*Relator*

**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**PRESIDENTE – ÉLIO NARLOK WESOŁOWSKI**  
**MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS**  
**WILMAR JOSÉ HORNING**



# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

## LAPA - PARANÁ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

### PARECER

Ref. Projeto de Lei nº 028/2014.

Súmula: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL, destinado a gerar e captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 028/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal o qual tem por objeto a criação de um Fundo Municipal de segurança alimentar e nutricional.

Como justificativa, o Executivo traz que o presente Projeto é para o apoio ao desenvolvimento de programa e projetos através da captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, manutenção e desenvolvimento de projetos, ainda traz que a necessidade da criação do supramencionado plano é necessária em virtude do previsto no artigo 52 da Lei Complementar nº05/2013, que trata do Serviço de Inspeção Municipal.

Diz o Projeto que o Fundo Municipal será gerenciado pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente a que se vincula o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Lapa, com



# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

## LAPA - PARANÁ

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

competência para deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações.

Cabe ainda ressaltar que o Projeto traz que o fundo será administrado por um conselho diretor, tendo como presidente o Prefeito Municipal e como membros o Secretario Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o Secretario Municipal de Finanças, o Secretario Municipal de Administração e Planejamento, o Secretario Municipal de Saúde e o Secretario Municipal de Inclusão e Ação Social.

Sobre o Tema a Nossa Lei Orgânica traz que :

Art. 6º- Compete ao Município:

#### **I - Legislar sobre assuntos de interesse local.**

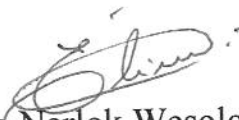
Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas pertinentes , não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do presente Projeto, razão pela qual esta Comissão é **favorável** ao prosseguimento do mesmo no Douto Plenário

É o parecer.

Poder Legislativo Municipal em 06 de Maio de 2014

Fenelon Bueno Moreira

Presidente

  
Élio Narlok Wesolowski

Relator

Wilmar José Horning

Membro



# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

## LAPA - PARANÁ

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

### PARECER

Ref. Projeto de Lei nº 028/2014.

Súmula: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL, destinado a gerar e captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

Chega para análise desta **Comissão** o Projeto de Lei nº 028/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal o qual tem por objeto a criação de um Fundo Municipal de segurança alimentar e nutricional.

O Poder Executivo Municipal traz como justificativa do presente Projeto a necessidade do apoio e desenvolvimento de programas e projetos através da captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, manutenção e desenvolvimento de projetos, ainda traz que a necessidade da criação do supramencionado plano é necessária em virtude do previsto no artigo 52 da Lei Complementar nº05/2013, que trata do Serviço de Inspeção Municipal.

Traz o Projeto que o Fundo Municipal será gerenciado pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente a que se vincula o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Lapa, com



# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

## LAPA - PARANÁ

### COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

competência para deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações.

Ressalta-se ainda que o Projeto traz que o fundo será administrado por um conselho diretor, tendo como presidente o Prefeito Municipal e como membros o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o Secretário Municipal de Finanças, o Secretário Municipal de Administração e Planejamento, o Secretário Municipal de Saúde e o Secretário Municipal de Inclusão e Ação Social.

Sobre o Tema a Nossa Lei Orgânica traz que :

Art. 6º- Compete ao Município:

#### **I - Legislar sobre assuntos de interesse local.**

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas pertinentes , não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do presente Projeto, razão pela qual esta Comissão é **favorável** ao prosseguimento do mesmo no Douto Plenário

É o parecer.

Poder Legislativo Municipal em 06 de Maio de 2014

Mario Jorge Padilha Santos

Relator

Élio Narlok Wesolowski

Presidente

Wilmar José Horning

Membro



## PARECER

Ref. Projeto de Lei nº 028/2014.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL, destinado a gerar e captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

Vêm para análise desta **ASSESSORIA** o Projeto de Lei nº 028/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal o qual tem por objeto a criação de um Fundo Municipal de segurança alimentar e nutricional.

A título de Justificativa o Executivo Municipal traz que o presente Projeto vêm abranger a necessidade do apoio e desenvolvimento de programas e projetos através da captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, manutenção e desenvolvimento de projetos, ainda traz que a necessidade da criação do supramencionado plano é necessária em virtude do previsto no artigo 52 da Lei Complementar nº05/2013, que trata do Serviço de Inspeção Municipal.

Traz o Projeto que o Fundo Municipal será gerenciado pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente a que se vincula o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Lapa, com

competência para deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações.

Ressalta-se ainda que o Projeto traz que o fundo será administrado por um conselho diretor, tendo como presidente o Prefeito Municipal e como membros o Secretario Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o Secretario Municipal de Finanças, o Secretario Municipal de Administração e Planejamento, o Secretario Municipal de Saúde e o Secretario Municipal de Inclusão e Ação Social.

Sobre o Tema a Nossa Lei Orgânica traz que :

Art. 6º - Compete ao Município:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local.

Art. 115 - São vedados:

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas pertinentes à matéria, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do presente Projeto com a deliberação pelo duto plenário.

É o parecer. S.m.j.

Poder Legislativo Municipal em 09 de Maio de 2014.

Jonathan Dittrich Junior

OAB/PR 37.437



## PROJETO DE LEI Nº 037/2014

**Autor:** Executivo Municipal

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, **A P R O V A:**

### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Alimentar, destinado a gerar, captar e fiscalizar os recursos necessários ao atendimento de programas e projetos voltados à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º - O Fundo será gerido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, ouvido o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Lapa, ao qual caberá:

I - estabelecer e executar a política de aplicação dos recursos do fundo, observadas as diretrizes básicas e prioritárias definidas pela administração municipal e referendadas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - acompanhar e avaliar a realização de ações e projetos relativos à segurança alimentar e nutricional;

III - elaborar o Plano Orçamentário e de aplicação a cargo do Fundo em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando os prazos legais do exercício financeiro a que se referirem;

IV - aprovar as demonstrações mensais de receita e despesas do Fundo;

V - encaminhar as prestações de contas anuais do Fundo à Câmara Municipal, conforme exigido aos recursos gerais do município;

VI - firmar convênios e contratos, juntamente com a prefeita municipal, referentes aos recursos que serão administrados pelo Fundo.

### CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º - O Fundo será administrado por um Conselho Diretor, tendo como presidente o Prefeito Municipal e como membros o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o Secretário Municipal de Finanças, o Secretário Municipal de Administração e

Planejamento, o Secretário Municipal de Saúde e o Secretário Municipal de Inclusão e Ação Social.

Parágrafo único - Cada membro do Conselho Diretor terá um suplente que assumirá as funções na ausência do titular.

Art. 4º - O Poder Executivo nomeará, por Decreto Municipal, os membros do Fundo e seus respectivos suplentes.

Art. 5º - O Conselho Diretor será convocado ordinariamente quando necessário, com cinco dias de antecedência, pelo Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente e extraordinariamente por qualquer de seus membros.

Parágrafo único - As decisões e deliberações do Conselho Diretor serão registradas em ata.

## **Seção I Das Atribuições do Presidente**

Art. 6º - São atribuições do Presidente:

- I - Assumir a coordenação do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- II - Gerir os recursos financeiros do fundo, controlando a movimentação e aplicação dos recursos disponíveis;
- III - Firmar convênios e contratos referentes a recursos que serão alocados do fundo.

## **Seção II Das Atribuições dos Membros do Conselho**

Art. 7º - São atribuições dos membros:

- I - coordenar e gerenciar o Fundo e propor políticas dos recursos;
- II - acompanhar, avaliar e decidir quanto à elaboração do orçamento e quanto à realização das ações previstas, de acordo com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III - ordenar empenhos das despesas do Fundo;
- IV - manter os controles necessários à execução das ações, de acordo com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V - manter, em consonância com o setor de patrimônio da prefeitura do município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga para o Fundo;



VI - encaminhar à contabilidade geral do município, anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis sob sua responsabilidade;

VII - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado, feitos para a área de segurança alimentar e nutricional.

## CAPÍTULO III DOS RECURSOS PERTINENTES AO FUNDO

Art. 8º - O Fundo será constituído por:

Município;

I - dotações e suplementações que forem consignadas no orçamento anual do

II - repasses de outras instâncias governamentais;

III - doações, convênios, legados, auxílios e contribuições;

IV - rendas eventuais provenientes de festas, promoções, campanhas, rendimentos de depósitos, aplicações no mercado financeiro, permitidas em lei, dentre outras fontes;

V - valores decorrentes de recolhimento de taxas de multas e apreensões, bem como taxas de registro de produtos de origem animal e estabelecimentos produtores de alimentos de origem animal.

§1º - Os bens recebidos, através de doação, deverão ser acompanhados de declaração expressa com identificação, valor e destinação, podendo conter condições de inversibilidade, alienabilidade e impessoalidade.

§2º - Os recursos do Fundo serão depositados em conta bancária específica, aberta e mantida em agência de banco oficial neste município, sob denominação de Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§3º - Os programas serão periodicamente revistos de acordo com os princípios e diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, devendo ser anualmente submetidos ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 9º - Os recursos do Fundo serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços que visem promover a segurança alimentar e nutricional desenvolvidos por entidades governamentais e não governamentais;

II - aquisições de materiais permanentes e de consumo, bem como outros insumos necessários ao funcionamento de programas sociais, em segurança alimentar e nutricional;

III - desenvolvimento de eventos, pesquisas e estudos sobre temas destinados a subsidiar a formulação de diretrizes vinculadas à Política de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, que atuam nos planos, programas e projetos voltados a segurança alimentar e nutricional; e

V- educação sanitária quanto à manipulação higiênica dos alimentos.

Art. 10 - Na hipótese de extinção do Fundo Municipal de Segurança Alimentar, o saldo da conta bancária específica e seus bens passarão a integrar a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir bens móveis e imóveis necessários à implantação, funcionamento e formação de patrimônio do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 12 - O controle, a prestação e as tomadas de contas do Fundo Municipal de Segurança Alimentar serão objeto de regulamentação.

Art. 13 - O Fundo Municipal de Segurança Alimentar será regulamentado pelo Poder Executivo, ouvido o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Lapa, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei.

## CAPÍTULO IV DA CONTABILIDADE

Art. 14 - Todas as receitas e despesas do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, serão apropriadas nos registros contábeis rotineiros da Prefeitura, concomitantemente à sua realização, evidenciando-se através da alocação de recursos em órgãos e unidade orçamentária próprios, observada a discriminação funcional programática até o nível de projetos e atividades específicos.

Parágrafo único - as receitas pertinentes ao Fundo deverão ser alocadas no final do anexo da receita geral da Prefeitura, observada a classificação própria em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 15 - A contabilidade emitirá relatório quadrimestral ao Conselho Diretor.

Parágrafo único - Entende-se por relatório de gestão, os balancetes de receita e despesa relativas ao fundo e demais demonstrações exigidas pela administração municipal.

## Seção I Das Despesas

Art. 16 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária e prévio empenho.



Parágrafo único - para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 17 - A despesa do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional se constituirá de despesa de custeio e capital, destinados em programas, projetos e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional, levados a efeito pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente ou com ela conveniados.

Art. 18 - A realização de despesas obedecerá aos princípios e normas da Lei de Licitações.

## Seção II Da Receita

Art. 19 - a execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Art. 20 - O saldo bancário do exercício e eventuais saldos de aplicações financeiras do Fundo, apurado em balanço em cada exercício financeiro, será transferido para exercício do ano seguinte, a crédito do mesmo Fundo.


## CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Lapa, em 22 de maio de 2014.



JOÃO C. LEONARDI FILHO  
(DANGO LEONARDI)  
PRESIDENTE



ÉLIO MARLOK WESOŁOWSKI  
(CÉLIO GUIMARÃES)  
1º SECRETÁRIO



LEI Nº 2976, DE 23 DE MAIO DE 2014.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL, destinado a gerar, captar e fiscalizar recursos necessários ao atendimento de programas e projetos, e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeita Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I  
DOS OBJETIVOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Alimentar, destinado a gerar, captar e fiscalizar os recursos necessários ao atendimento de programas e projetos voltados à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º - O Fundo será gerido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, ouvido o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Lapa, ao qual caberá:

I - estabelecer e executar a política de aplicação dos recursos do fundo, observadas as diretrizes básicas e prioritárias definidas pela administração municipal e referendadas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - acompanhar e avaliar a realização de ações e projetos relativos à segurança alimentar e nutricional;

*[Assinatura]*





LEI N° 2976, DE 23.05.14

...02

III - elaborar o Plano Orçamentário e de aplicação a cargo do Fundo em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando os prazos legais do exercício financeiro a que se referirem;

IV - aprovar as demonstrações mensais de receita e despesas do Fundo;

V - encaminhar as prestações de contas anuais do Fundo à Câmara Municipal, conforme exigido aos recursos gerais do município;

VI - firmar convênios e contratos, juntamente com a prefeita municipal, referentes aos recursos que serão administrados pelo Fundo.

## CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º - O Fundo será administrado por um Conselho Diretor, tendo como presidente o Prefeito Municipal e como membros o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o Secretário Municipal de Finanças, o Secretário Municipal de Administração e Planejamento, o Secretário Municipal de Saúde e o Secretário Municipal de Inclusão e Ação Social.

Parágrafo único - Cada membro do Conselho Diretor terá um suplente que assumirá as funções na ausência do titular.

Art. 4º - O Poder Executivo nomeará, por Decreto Municipal, os membros do Fundo e seus respectivos suplentes.





LEI N° 2976, DE 23.05.14

...03

Art. 5° - O Conselho Diretor será convocado ordinariamente quando necessário, com cinco dias de antecedência, pelo Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente e extraordinariamente por qualquer de seus membros.

Parágrafo único - As decisões e deliberações do Conselho Diretor serão registradas em ata.

### **Seção I**

#### **Das Atribuições do Presidente**

Art. 6° - São atribuições do Presidente:

I - Assumir a coordenação do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - Gerir os recursos financeiros do fundo, controlando a movimentação e aplicação dos recursos disponíveis;

III - Firmar convênios e contratos referentes a recursos que serão alocados do fundo.

### **Seção II**

#### **Das Atribuições dos Membros do Conselho**

Art. 7° - São atribuições dos membros:

I - coordenar e gerenciar o Fundo e propor políticas dos recursos;

II - acompanhar, avaliar e decidir quanto à elaboração do orçamento e quanto à realização das ações previstas, de acordo com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - ordenar empenhos das despesas do Fundo;

*fls*



LEI N° 2976, DE 23.05.14

...04

IV - manter os controles necessários à execução das ações, de acordo com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - manter, em consonância com o setor de patrimônio da prefeitura do município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga para o Fundo;

VI - encaminhar à contabilidade geral do município, anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis sob sua responsabilidade;

VII - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado, feitos para a área de segurança alimentar e nutricional.

### CAPÍTULO III DOS RECURSOS PERTINENTES AO FUNDO

Art. 8º - O Fundo será constituído por:

I - dotações e suplementações que forem consignadas no orçamento anual do Município;

II - repasses de outras instâncias governamentais;

III - doações, convênios, legados, auxílios e contribuições;

IV - rendas eventuais provenientes de festas, promoções, campanhas, rendimentos de depósitos, aplicações no mercado financeiro, permitidas em lei, dentre outras fontes;

V - valores decorrentes de recolhimento de taxas de multas e apreensões, bem como taxas de registro de produtos de origem animal e estabelecimentos produtores de alimentos de origem animal.

*Mo*





LEI N° 2976, DE 23.05.14

...05

§1º - Os bens recebidos, através de doação, deverão ser acompanhados de declaração expressa com identificação, valor e destinação, podendo conter condições de inversabilidade, alienabilidade e impessoalidade.

§2º - Os recursos do Fundo serão depositados em conta bancária específica, aberta e mantida em agência de banco oficial neste município, sob denominação de Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§3º - Os programas serão periodicamente revistos de acordo com os princípios e diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, devendo ser anualmente submetidos ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 9º - Os recursos do Fundo serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços que visem promover a segurança alimentar e nutricional desenvolvidos por entidades governamentais e não governamentais;

II - aquisições de materiais permanentes e de consumo, bem como outros insumos necessários ao funcionamento de programas sociais, em segurança alimentar e nutricional;

III - desenvolvimento de eventos, pesquisas e estudos sobre temas destinados a subsidiar a formulação de diretrizes vinculadas à Política de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, que atuam nos planos, programas e projetos voltados a segurança alimentar e nutricional; e

V - educação sanitária quanto à manipulação higiênica dos alimentos.

*Mo*



LEI Nº 2976, DE 23.05.14

...06

Art. 10 - Na hipótese de extinção do Fundo Municipal de Segurança Alimentar, o saldo da conta bancária específica e seus bens passarão a integrar a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir bens móveis e imóveis necessários à implantação, funcionamento e formação de patrimônio do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 12 - O controle, a prestação e as tomadas de contas do Fundo Municipal de Segurança Alimentar serão objeto de regulamentação.

Art. 13 - O Fundo Municipal de Segurança Alimentar será regulamentado pelo Poder Executivo, ouvido o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Lapa, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei.

#### CAPÍTULO IV DA CONTABILIDADE

Art. 14 - Todas as receitas e despesas do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, serão apropriadas nos registros contábeis rotineiros da Prefeitura, concomitantemente à sua realização, evidenciando-se através da alocação de recursos em órgãos e unidade orçamentária próprios, observada a discriminação funcional programática até o nível de projetos e atividades específicos.

Parágrafo único - as receitas pertinentes ao Fundo deverão ser alocadas no final do anexo da receita geral da Prefeitura, observada a classificação própria em conformidade com a legislação em vigor.

*fw*





LEI N° 2976, DE 23.05.14

...07

Art. 15 - A contabilidade emitirá relatório quadrimestral ao Conselho Diretor.

Parágrafo único - Entende-se por relatório de gestão, os balancetes de receita e despesa relativas ao fundo e demais demonstrações exigidas pela administração municipal.

### **Seção I Das Despesas**

Art. 16 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária e prévio empenho.

Parágrafo único - para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 17 - A despesa do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional se constituirá de despesa de custeio e capital, destinados em programas, projetos e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional, levados a efeito pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente ou com ela conveniados.

Art. 18 - A realização de despesas obedecerá aos princípios e normas da Lei de Licitações.

*mu*



LEI N° 2976, DE 23.05.14

...08

## **Seção II Da Receita**

Art. 19 - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Art. 20 - O saldo bancário do exercício e eventuais saldos de aplicações financeiras do Fundo, apurado em balanço em cada exercício financeiro, será transferido para exercício do ano seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 23 de Maio de 2014.

  
Leila Aubrift Klenk  
Prefeita Municipal